

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E DESAFIOS NA BUSCA POR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Data de aceite: 03/04/2023

Luís Cláudio de Almeida Mata

Professor, licenciado pela Universidade do estado da Bahia (UNEB), especialista em Matemática pela Universidade de Brasília (UNB), especialista em Educação, Ciência e Contemporaneidade pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), professor de Matemática nas rede estadual de ensino em Salvador e na rede municipal no município de Camaçari. Mestrando em Ciencias de la educacion pela Universidad Interamericana

RESUMO: Através deste artigo, pretende-se abordar a trajetória de implementação da Base Nacional Comum Curricular no Brasil, as reformulações no currículo do ensino básico e a necessidade de adoção de novas formas de ensinar e aprender. Ademais, os conceitos de competência, habilidades e itinerários formativos serão objetos de análise, a fim de ampliar a compreensão docente frente ao cenário de mudanças.

PALAVRAS – CHAVE: BNCC. Competências. Habilidades. Itinerários formativos.

ABSTRACT: Through this article, we intend to address the trajectory of implementation

of the National Common Curricular Base in Brazil, the reformulations in the basic education curriculum and the need to adopt new ways of teaching and learning. In addition, the concepts of competence, skills and training itineraries will be objects of analysis, in order to broaden the teaching understanding in the face of a changing scenario.

KEYWORDS: BNCC. Skills. Skills. training itineraries.

RESUMEN: A través de este artículo, pretendemos abordar la trayectoria de implementación de la Base Curricular Común Nacional en Brasil, las reformulaciones en el currículo de la educación básica y la necesidad de adoptar nuevas formas de enseñar y aprender. Asimismo, los conceptos de competencia, habilidades e itinerarios formativos serán objeto de análisis, con el fin de ampliar la comprensión docente ante un escenario cambiante.

PALABRAS CLAVE: BNCC. Habilidades. Habilidades. itinerarios formativos.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por base refletir acerca da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e suas implicações no currículo do ensino básico. É importante destacar que a BNCC surgiu de um intenso debate sobre a educação brasileira tendo como intencionalidade melhorar a qualidade da educação oferecida em todo país. Ela é fruto de uma construção histórica de legislações a partir da qual já havia sido preconizada na Constituição federal de 1988 (CF) em seu artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” Já em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional já propunha em seu Art 9º, inciso IV

A União incumbir-se-á de: estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;(BRASIL, 1996).

Verifica-se nesse contexto que já havia uma clara preocupação no sentido de se estabelecer um currículo mínimo aos estudantes brasileiros na educação básica, essenciais para a sua formação. Todas as escolas, portanto, teriam esse papel de ao construírem seus currículos, fossem eles norteados pelos princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Esse debate ainda se amplia quando essas premissas são expressas em seu artigo 26.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Nesse sentido, há um fundamento básico que deve permear toda construção do currículo baseado em dois princípios fundamentais ao estabelecer o que deve ser considerado dominante, entendido como aqueles conceitos essenciais abordados nos diversos componentes curriculares que precisam ser compartilhados por todos e outra parte complementar, aqueles ligados aos temas transversais contemporâneos como saúde, meio ambiente, economia, multiculturalismo, ciência e tecnologia.

Dessa forma, tanto a Constituição Federal quanto a LDBEN, já deixam explícitas a ideia de uma base comum que assegurem aos estudantes o desenvolvimento de competências e habilidades específicas em cada etapa do ensino básico e todo esse desenvolvimento deve ser articulado com as diferentes áreas do conhecimento, garantindo-lhes processos qualitativos de aprendizagem, com vistas ao enfrentamento das demandas complexas da sociedade moderna.

Do ponto de vista pedagógico, a intencionalidade dos pareceres da LDBEN reside no processo de ruptura ao então modelo educacional vigente pautado na centralidade do professor e do ensino para uma adesão a um modelo baseado numa concepção de qualidade social, concebida como aquela em que o núcleo do processo de aprendizagem protagoniza o aluno. Nesta dimensão, as disciplinas têm um papel essencial nesse aspecto, pois se consolidam como meios para atingir as competências e habilidades esperadas pelos estudantes.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA BNCC

A partir da Constituição federal de 1988, na qual já se insere na legislação sobre a necessidade da implementação de uma formação integral comum de âmbito nacional, a partir da homologação da LDB, importantes documentos foram implementados decorrentes de intensos debates sobre a educação nacional, entre os quais os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), cujas atribuições são de competência do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Os PCNs surgem num contexto em que o mundo discutia os pilares de sustentação da educação, essenciais para a formação das futuras gerações. Através da convocação por organismos internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Banco Mundial foi realizada a Conferência Mundial de Educação para todos, em Jomtien, na Tailândia, com o objetivo de tornar universal a educação para todos e ampliar as oportunidades de aprendizagens para crianças, jovens e adultos.

Os pilares propostos por essa conferência estabeleceram como aprendizagens fundamentais para a formação integral, o aprender a - Conhecer, no sentido de que cada indivíduo precisa continuar aprendendo ao longo da vida, - a Fazer, relacionado ao saber se relacionar em grupo, a resolver problemas, - a Conviver, no sentido de saber compreender o outro respeitando-o nas suas diferenças e – a Ser, relacionado ao fortalecimento da personalidade e ao desenvolvimento da autonomia, agindo sobretudo com ética e responsabilidade.

Os PCNS, então, enquanto documentos norteadores do currículo produzem uma inovação na concepção de educação, à medida que propõem uma aprendizagem voltada para a contextualização e a interdisciplinaridade, realçando, assim, a necessidade de estudar um mesmo fenômeno sob o ponto de vista de diferentes componentes curriculares em detrimento de abordagens marcadamente disciplinares e isoladas do contexto.

A partir da década de 90, do século XX, surgem as DCNs, documento que irá aprofundar a relevância das proposições estabelecidas pelos PCNs, apontar as dificuldades do sistema educacional brasileiro e propor diretrizes para superar as dificuldades.

A formulação de Diretrizes Curriculares Nacionais constitui, portanto, atribuição federal, que é exercida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos da LDB e da Lei nº 9.131/95, que o instituiu. Esta lei define, na alínea “c” do seu artigo 9º, entre as atribuições de sua Câmara de Educação Básica (CEB), deliberar sobre as Diretrizes Curriculares propostas pelo Ministério da Educação. Esta competência para definir as Diretrizes Curriculares Nacionais torna-as mandatórias para todos os sistemas. Ademais, atribui-lhe, entre outras, a responsabilidade de assegurar a participação da sociedade no aperfeiçoamento da educação nacional (artigo 7º da Lei nº 4.024/61, com redação dada pela Lei 8.131/95), razão pela qual as diretrizes constitutivas deste Parecer consideram o exame das avaliações por elas apresentadas, durante o processo de implementação da LDB. (BRASIL. DCNs, p.7, 2010).

Com este documento, foi possível traçar um panorama da real situação da educação brasileira e constatar as urgentes necessidades de atualização e implementação de políticas públicas, a fim de corrigir distorções históricas e garantir que todo cidadão brasileiro tenha o direito a uma educação de qualidade, a uma formação humana e cidadã e que o prepare para o mundo do trabalho.

Há, nesse sentido, a compreensão de um enorme desafio a ser superado que oportunize esse direito extensivo a todos, sobretudo ao considerar que essa ausência implica o aprofundamento da exclusão, notadamente a das classes menos favorecidas. Em paralelo a essa constatação, inclui-se, também, nas orientações deste documento, a formação continuada e valorização dos profissionais de educação, com vistas a contemplar um salto qualitativo na educação e diminuir as desigualdades. Nesse aspecto, um dos elementos constitutivos nos pareceres das DCN's e da LDB, aptos a operacionalizar todas as orientações propositivas de uma escola democrática, cidadã e atentas às realidades contemporâneas, encontram suporte no Projeto Político Pedagógico (PPP), documento este fundamental para a sua implementação, quando da sua formulação, execução e avaliação.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: UM CURRÍCULO VOLTADO PARA A AQUISIÇÃO DE COMPETÊNCIAS

A BNCC busca reorganizar o currículo de modo a flexibilizá-lo ante as visíveis modificações que têm afetado o modo de vida das pessoas e das organizações de um modo geral. Em vista disso, face prevalência de que o ensino esteve sempre voltado para a hierarquização de conteúdos como se os mesmos fossem estáticos, ampliou-se a necessidade de incorporar maior flexibilidade à estrutura curricular do ensino, a fim de romper com a estrutura estanque do modelo de educação vigente. Deste modo, as disciplinas, hoje denominadas componentes curriculares, se justificam pela necessidade de que essas elas se constituem como meios para que os estudantes adquiram certas competências necessárias para enfrentar um mundo de muitas incertezas e transitoriedades.

COMPETÊNCIA COMO UM ATRIBUTO PESSOAL

Numa perspectiva histórica, sobretudo na formação do homem grego na chamada educação clássica, o aluno ia à escola com o intuito de ler, escrever e contar, sendo esta, portanto, a competência que se esperava ao término de seus estudos básicos. No livro, *O Trivium*, Joseph (p.32) remonta um passado no qual “Ler, escrever e contar constituíam o cerne não apenas da educação elementar, mas também a educação superior”

Nesse sentido, O Trivium consistia em prover o aluno de conhecimentos fundamentais ligados à mente humana como aprender a gramática, a lógica e a retórica, consistindo assim em um patrimônio cultural que caberia a pessoa receber para viver melhor.

Hoje, essa competência de ler, escrever e contar parece pouco diante de um cenário tão complexo de rápidas transformações e de avolumada informação, mas a escola sempre esteve pautada nessa perspectiva de formar pessoas competentes para o mundo. Portanto, a competência tem a ver com a personalidade e não a coisas.

De modo geral, uma pessoa é considerada competente se é capaz de mobilizar o que sabe para realizar o que deseja. De alguém que tudo lê e tudo sabe, ou diz saber, mas nada consegue realizar, diz-se que é um incompetente (MACHADO, 2009, p. 26).

Nesta citação, o autor destaca que é preciso ter uma real noção sobre o que de fato seja competência, haja vista que essa, em seu sentido mais completo, é um atributo pessoal, considerando-se, desta forma que não há coisas ou objetos competentes. Além disso, Machado (2009) considera dois outros importantes conceitos, o âmbito e a mobilização, deixando claro que a pessoa não é competente para toda e qualquer situação ou contexto, pois para o pleno domínio da competência, a pessoa precisa mobilizar aquilo que ele domina num determinado contexto. Nesse sentido, formar um sujeito competente não fica limitado ao pleno domínio dos conteúdos das disciplinas, pois ainda que os dominem sob uma perspectiva isolada de um contexto, perde-se em significado. Ser competente, porém, é a capacidade do estudante relacionar os fatos aprendidos, advindos das disciplinas e não apenas destas e mobilizar suas estruturas mentais para resolver um dado problema.

Aliado às competências estão as habilidades, como sendo conceitos complementares que se inter-relacionam, a fim de realizar aquilo que se deseja. Se o professor tem como objetivo, por exemplo, um projeto de estímulo à leitura para seus alunos, a competência do conhecimento, portanto, seria uma ação dominante daquilo que se espera, tendo para isto de valer-se de um conjunto de habilidades ou ações que conduziriam esse estudante a adquirir a competência leitora.

E ler, no sentido que se propõe, hoje, está ligado a leitura de mundo, a um determinado fenômeno, a um problema aritmético, algébrico ou geométrico. Escrever, na mesma lógica, não está relacionado a apenas enviar um e-mail, uma carta, mas a uma escrita que possibilite o sujeito ser capaz de através dessa competência, exercer a sua

cidadania de forma convincente, consciente e crítica para resolver um dado problema. Do mesmo modo, contar não se resume, apenas, ao aspecto enumerativo, a contagem, mas ao narrar uma história sobre si mesmo ou sobre o outro, tendo a observância da prevalência dos aspectos éticos, sobretudo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na concepção de Machado (op.cit.) busca um resgate, uma reinterpretação de competências que não pareciam explícitas na escola e que, hoje, se afiguram como elementos essenciais da formação integral humana. Sendo assim, opõe-se a um currículo voltado apenas para o aspecto disciplinar e conteudista, fragmentado e que tem produzido resultados pouco satisfatórios. Há, nesse sentido, o entendimento de que as disciplinas são encaradas pela maioria dos estudantes como compartimentos isolados em si mesmos e sem nenhuma conexão com outras áreas e, desse modo, pretende-se romper esse ciclo vicioso que ainda domina os espaços escolares.

Refletir sobre a maneira pela qual a escola ainda se baseia, ancorada em princípios rígidos que se supunham ser o caminho adequado em um determinado momento histórico, não encontra mais sentido relevante para o momento contemporâneo. Estudar uma disciplina pela disciplina, sem a conexão ou trânsito com outras áreas do conhecimento, traduz-se em conteúdo pobre de significado e sujeita aos constantes questionamentos dos porquês dos alunos sobre a necessidade do aprendizado de determinados tópicos que lhes são apresentados pelo professor.

Diante disso, constata-se ainda uma cultura escolar baseada no tradicionalismo, cujo desempenho escolar satisfatório ainda é mensurado por meio de uma nota. A avaliação, parte integrante desse propósito, continua a servir como instrumento que simbolicamente representa uma ameaça contra o aluno, quando esta, em seu sentido mais abrangente deveria servir de parâmetro para assegurar, se de fato, o aluno atingiu os objetivos de aprendizagem propostos pelo professor.

É nessa perspectiva que se faz necessária a importância do Projeto Político Pedagógico (PPP), à luz da BNCC, a fim de auxiliar na compreensão de que para haver uma mudança significativa na formação escolar, todos os segmentos da escola precisam estar engajados e orientados quanto ao tipo de cidadão se pretende formar para a sociedade. A premissa, portanto, baseia-se na concepção de competência, não apenas na visão de que basta ao aluno dominar manipulações algébricas em matemática ou esforçar-se para ter uma lembrança factual de determinado episódio histórico, se o mesmo não consegue associá-lo ao contexto da época nem o confrontar às implicações na realidade sobre qual faz parte. Por isso, o PPP precisa estabelecer essa ampla discussão curricular que esteja adaptada à constante modificação do cenário contemporâneo social que exige das pessoas, competências e habilidades para lidar com situações complexas e desafiadoras que surgem num frenético mundo de rápidas mudanças.

Nesse sentido, as disciplinas precisam estar a serviço dos cidadãos, não apenas

para mecanizá-los e robotizá-los a responder um determinado conteúdo fechado em si mesmo, mas que ensejem dotá-los de competências essenciais para, diante de situações que lhes exijam agir, possam mobilizar os conhecimentos adquiridos para resolver um problema ou tomar uma decisão de forma crítica e consciente. Nesse caso, ao abordar um currículo que esteja voltado para a aquisição de competências, habilidades atitudes e valores, a BNCC procura contemplar o ser humano em sua integralidade, observadas suas múltiplas dimensões tanto do ponto de vista individual como coletivo. Desta forma, não é competente uma pessoa que só olha para si e não se preocupa com o outro, ao mesmo tempo que não se faz competente uma pessoa que apenas olha para o outro e não enxerga a si.

Para Machado (2009, p. 37-38).

Nada há de mais incongruente, inconcebível e contraditório do que um indivíduo competente absolutamente isolado de seus pares.....Ninguém se constitui como pessoa sem os outros: permanentemente agimos prefigurados, para os outros e com os outros.

Nessa ótica, para Machado (2009), espera-se que o sujeito ao expressar-se, seja corporalmente, artisticamente, oralmente, entre outras formas, possa também, compreender o outro, na medida em que se dispõe ao diálogo para a argumentação racional em busca de consensos, constituindo, assim um conjunto importante de competências para a formação do cidadão.

Portanto, para uma maior explicitação sobre o conjunto de competências elencadas na BNCC, seguem abaixo as qualidades que se esperam dos alunos ao longo da trajetória do ensino básico. Das discussões sobre a relevância da base, foram preconizadas 10 competências gerais para a etapa da Educação Básica. (BNCC 2017):

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que

levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

As competências gerais acima explicitadas reúnem características essenciais à formação básica de todos os cidadãos brasileiros e visam contribuir para um justo equilíbrio social entre as regiões brasileiras de modo a eliminar as discrepâncias existentes entre as diferentes regiões do país.

ITINERÁRIOS FORMATIVOS

A BNCC, enquanto instrumento de lei propõe que o sujeito possa continuar aprendendo ao longo da vida, utilizando os conhecimentos para entender a realidade no seu mundo físico, social, cultural, digital e, além disso, poder nele interferir de maneira responsável. Ademais, um currículo voltado para a aquisição de competências não retira a importância do que é proposto nos componentes curriculares, pois os conteúdos funcionam como insumos para aprimorá-las. Pensar além dos conteúdos é o resultado que se espera, quando se estimula a curiosidade intelectual, a formulação de problemas e a testagem de

hipóteses.

A proposição de incluir itinerários formativos no currículo do ensino básico do ensino médio, amplia a possibilidade do aluno ir, ao longo de sua trajetória escolar, construir o seu projeto de vida, estabelecer vínculos de pertencimento na área de maior afinidade. O trabalho pedagógico é estruturado em torno de quatro eixos estruturantes (Empreendedorismo, processos criativos, investigação científica, mediação e intervenção sociocultural)

De igual maneira, a proposição de atividades pedagógicas que promovam a expansão do repertório cultural, a fim de que os alunos possam conhecer outras manifestações, respeitando-as, contribuem para promover a paz entre as pessoas e reforçar as atitudes de repúdio contra as injustiças e àquilo que se apresenta como diferente da nossa cultura.

O desenvolvimento da capacidade de se expressar em diferentes linguagens, possibilita aos alunos explorar um mesmo fenômeno enriquecendo-os com novos enfoques e possibilita que o outro possa compreender a comunicação.

Segundo Joseph, (2008, p.33):

A linguagem se desenvolve a partir da natureza mesma do ser humano. Uma vez que somos racionais, pensamos; por que somos sociais, interagimos com outras pessoas; sendo corpóreos, usamos um meio físico. Inventamos símbolos para expressar a gama de experiências práticas, teóricas e poéticas que constroem a nossa existência. As palavras permitem-nos deixar um legado de nossa experiência para deleitar e educar aqueles que nos sucederem. Por usarmos a linguagem, engajamo-nos num diálogo com o passado e com o futuro.

Portanto, esse processo de comunicação precisa ser explorado na escola de modo a contemplar as suas variantes linguísticas e criar um ambiente de contextos significativos, quando da abordagem dos conteúdos nos componentes curriculares. Tal variação, contribui para tornar as aulas em práticas mais enriquecedoras, atraentes e mais compreensíveis do ponto de vista da aprendizagem dos alunos.

Uma outra competência importante, também ligada à linguagem, se refere à utilização e compreensão das ferramentas digitais da comunicação nas práticas escolares. Entretanto, este é, também, um fator pelo qual a escola deve se preocupar e trazer à tona para as discussões quanto ao uso indiscriminado das informações obtidas por esses meios. É importante que seja difundido e debatido no ambiente escolar uma conduta ética e responsável das ferramentas tecnológicas, a fim de ajustar-se aos princípios norteadores da legislação educacional brasileira os quais buscam a formação integral do ser humano.

A preparação para o mundo do trabalho é uma outra competência a ser trabalhada na escola, haja vista que o aluno precisa ter noção das relações que regem as atividades laborais. Todavia, essa compreensão não se traduz em fazer da escola um ambiente de treinamento para atender às exigências mercadológicas, porque tal interpretação reduziria à escola a um contexto meramente pragmático e voltado apenas para essas condições.

Essa competência deve ser entendida como aquela capaz de possibilitar aos educandos um preparo para seus projetos de vida num futuro próximo, ajudando-os quanto às suas aspirações, criando, portanto, perspectivas para que eles possam fazer suas escolhas de maneira crítica e responsável.

A argumentação, outra importante competência estabelecida na BNCC, se traduz numa poderosa aquisição do ser em formação em função do que ela proporciona. Neste sentido, as disciplinas exercem importante papel, pois são elas as responsáveis por fornecer os subsídios retóricos necessários para a construção dos argumentos. Argumentar, porém, no sentido que se espera dessa competência está ligado ao fato desse discurso estar baseado em fatos e informações confiáveis para dar credibilidade às intervenções que se deseja alcançar. Entretanto, espera-se para além desse atributo, a capacidade de decidir, pois o mero voluntarismo ou declaração de intenções ou de opiniões sobre o querer transformar algo, sem decidir um caminho, uma direção, não contribui para encerrar o ciclo de uma determinada situação a ser resolvida e não atinge, pois, a competência esperada.

Outra importante competência a ser discutida e trabalhada na escola se refere ao desenvolvimento das competências socioemocionais. Da herança da escola tradicional, essa questão sempre esteve relegada a um assunto sobre o qual não deveria ser tratado, porque à escola caberia a função de ater-se aos conhecimentos das disciplinas, à realização de provas e ao cumprimento de tarefas. Porém, da escola que se espera, hoje, não deve dissociar as questões emocionais que interferem na vida das pessoas, pois, de certo modo, seria um contrassenso ao se propor como diretrizes uma educação integral e prescindir dessa abordagem. É preciso ter a compreensão de que o homem é um ser social, biológico e, sobretudo, emocional e é na escola que todos esses elementos constitutivos do ser humano se afluam e tal ambiente deve ser preparado para acolher a todos quantos dela necessitem de apoio.

O respeito, a solidariedade e a cooperação, também, estão na lista de competências que se espera do aluno para a sua formação integral. A expressão de si e a compreensão do outro num contexto de diversidade, entre os quais envolve as questões de gênero, de credo religioso, as de cunho étnico raciais, colocam a escola frente a um cenário complexo de tensões que a sociedade atual precisa enfrentar e a ela cabe essa função de exercê-la em sua plenitude. Repudiar atitudes que exponham o outro a condições humilhantes e vexatórias, não se omitir frente a essas questões e não se indignar às situações de injustiça e desrespeito ao próximo, devem ser atitudes que não se pode tolerar no ambiente de formação escolar e tais desvios da personalidade precisam ser combatidos. Em contraposição a isso, cabe à escola a tarefa de promotora da paz e a do exercício do convívio harmônico entre os que expressam as suas diferentes maneiras de entender o mundo.

E tão importante quanto às demais, a competência ligada a atitude cidadã, ética e responsável fecha o ciclo das atitudes intencionadas para o currículo básico dos estudantes

brasileiros. É importante ter a compreensão de que as ações tomadas por todos estão imersas numa questão planetária, portanto, não isolada. Por essa razão, o aluno deve ser preparado para agir no mundo de maneira crítica e responsável de modo a pensar nas futuras gerações.

Dessa forma, a narrativa contida nesse artigo, não esgotou aqui todas as pautas alusivas aos ideais de qualidade na educação que se espera, todavia, buscou encontrar em referenciais teóricos e na legislação educacional vigente uma compreensão para iniciar um processo de reorganização na escola, através do seu Projeto Político Pedagógico. Essa materialização deve ser alimentada pelo desejo de um sonho possível no qual todos os envolvidos, professores, alunos, sociedade civil organizada, percebam que a educação de qualidade deve ser um compromisso de todos.

REFERÊNCIAS

- BAUER, M. W. M. G. G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 13. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- BOAS, B. M. D. F. V. **Avaliação formativa: Práticas inovadoras**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Senado**. Brasília, DF: [s.n.], 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da**. Brasília: [s.n.], 1996.
- BRASIL. **Base Nacional Comum curricular**. [S.l.]: [s.n.], 2020.
- BRASIL. **Instituto Nacional de estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira**. [S.l.]: [s.n.], 2020.
- CARNEIRO, M. A. **BNCC fácil: decifra-me ou te devoro**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2020.
- DELORS, J. **Educação: Um tesouro a descobrir**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e terra, 1996.
- JOSEPH, M. **O trivium-As artes liberais da lógica, da gramática e da retórica**. São Paulo: É realização, 2008.
- MACHADO, N. J. **Educação, competência e qualidade**. SÃO PAULO: ESCRITURAS, 2009.

MACHADO, N. J. <https://www.nilsonjosemachado.net/>. **Nilson José Machado**, 10 out. 2020. Acesso em: 10 outubro 2020.

MARQUES, T. C. D. N. **O voto feminino no Brasil**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2019.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.